

PAISAGEM E LUGAR COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS¹

LANDSCAPE AND PLACE AS ANALYSIS CATEGORIES IN URBAN SOLID WASTE MANAGEMENT

Nathalia Cristina Baltazar (UFCAT)²

Idelvone Mendes Ferreira (UFCAT)³

RESUMO: O presente artigo propõe discutir acerca da história do pensamento geográfico, os métodos que o compõem e as categorias de análise utilizadas na Ciência, com enfoque nas categorias paisagem e lugar. Como metodologia foi utilizada a revisão bibliográfica de autores para respaldar os conceitos abordados, e o trabalho objetivou-se em buscar compreender como a paisagem e o lugar podem ser categorias bases no estudo do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. Por meio do trabalho desenvolvido como avaliação final da disciplina de Teoria e Metodologia da Ciência Geográfica, cursada no Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG em 2019-1, busca-se resposta para as questões levantadas.

Palavras-chave: Paisagem. Lugar. Resíduos Sólidos Urbanos.

ABSTRACT: *This paper proposes to discuss about the history of geographical thinking, the methods that compose it and the categories of analysis used in science, focusing on the categories landscape and place. As methodology was used the bibliographical review of authors to support the concepts approached, and the work aimed to understand how the landscape and the place can be base categories in the study of urban solid waste management. Through the work developed as a final evaluation of the discipline of Theory and Methodology of Geographic Science, studied in the Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG in 2019-1, we seek answers to the questions raised.*

Keywords: *Landscape. Place. Urban Solid Waste.*

¹ Trabalho desenvolvido vinculado à disciplina Teoria e Metodologia da Ciência Geográfica, cursada no Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG-UFCAT em 2019-1.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Regional Catalão, Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – NEPSA-UFG/CNPq. E-mail: ncbaltazar@yahoo.com.br

³ Professor Doutor do Instituto de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Regional Catalão, Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais – NEPSA-UFG/CNPq. E-mail: idelvoneufg@gmail.com

1 Introdução

A geração de resíduos é inevitável na espécie humana, onde todos os dias são produzidos e descartados milhares de toneladas desses materiais na superfície do Planeta. Dentre os diferentes e específicos tipos de resíduos gerados pelo homem se encontram os resíduos sólidos, que podem ser perigosos ou não a saúde dos seres vivos e ao ambiente, e precisam ser coletados e dispostos de maneiras ambientalmente adequadas para que os danos causados por esses resíduos sejam os menores possíveis.

Estudar os processos que podem ser desencadeados através do gerenciamento dos resíduos sólidos em Geografia exige que se busquem os métodos corretos a serem utilizados e as bases epistemológicas que necessitam ser seguidas para que a pesquisa seja coerente dentro do contexto da Ciência. O presente artigo é composto por um levantamento bibliográfico fundamentando-se na história do pensamento geográfico; no objeto de estudo da Geografia – o espaço geográfico, e; categorias de análise, especialmente paisagem e lugar.

O artigo tem por objetivo buscar compreender como paisagem e lugar podem ser as categorias bases nos estudos para o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos no município de Três Ranchos, localizado no extremo da Região Sudeste de Goiás. Através da estruturação artigo, pode-se entender como se dá o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos através das categorias paisagem e lugar, é uma alternativa viável, porém exigem-se pesquisas bibliográfica e documental através de autores atuais e clássicos nas muitas pesquisas realizadas sobre a temática.

2 Síntese sobre a História do Pensamento Geográfico

Apesar de ter sido consolidada como ciência apenas no século XIX na Alemanha, a origem das práticas geográficas remota ao período pré-histórico, quando o ser humano era nômade, caçador e coletor. Nesse período era necessário saber onde buscar alimentos, onde se proteger do frio e chuva, entre outras necessidades básicas. Para sobreviver nesse contexto, era preciso desenvolver práticas de cunho geográfico, como memorizar ou ilustrar lugares e caminhos. Assim, a Geografia é uma ciência que tem por objetivo o estudo da superfície terrestre e a distribuição espacial de fenômenos significativos na paisagem.

Após a sedentarização e organização do ser humano em sociedades, há relatos de práticas geográficas em diversas civilizações da História Antiga, como os Egípcios, Chineses, Polinésios, Incas, Maias, Babilônios, Gregos, entre outros. Na Grécia Antiga, por volta do século I a.C., a Geografia era conhecida como História Natural ou Filosofia Natural, sendo Estrabão (63 a.C. – 24 d.C), que escreveu a obra *Geographicae* em dezessete volumes, considerado como o “pai da Geografia”. Houve ainda contribuições matemático-astronômicas de autores como Erastóstenes (276 a 194 a.C.) e Ptolomeu (90 – 168 d.C.).

Os Árabes foram os grandes herdeiros da Geografia Grega desenvolvendo, entre outras técnicas, sistemas de classificação climática e os registros cartográficos, principalmente quanto às rotas de viagens. Na Idade Média Europeia, onde vigorava o modo de produção Feudalista, também houve contribuições para a Geografia, contudo a fé Cristã, que era a base para as relações da sociedade medieval, era um elemento limitador da possibilidade de conclusão dos questionamentos levantados, já que a base para a explicação de todos os acontecimentos eram as verdades da fé cristã, que não podiam ser questionadas. Entre os autores que escreviam relatos geográficos na época estão: Isidoro de Sevilha, Orosius e Santo Agostinho (BAUAB, 2007, p. 153).

Nesse contexto, Bauab (2007, p.158) faz um levantamento acerca da Geografia Medieval e conclui que:

[...] os geógrafos medievais construíram, basicamente, um saber simbólico-qualitativo, amparado nas máximas do cristianismo, dando legitimidade para a reprodução da estrutura econômico-social vigente, amparando-se nas autoridades do passado e na própria Escritura, descrevendo, muito pouco, o real estado empírico do mundo de seu tempo. (BAUAB, 2007, p. 158).

Na Geografia Medieval, foram elaborados os chamados mapas TOs que, segundo Santos (2002, p. 72), eram produzidos com a finalidade de ilustrar textos litúrgicos ou livros sagrados, o primeiro mapa impresso de que se tem notícia é um mapa TO. Também foram produzidas na idade média cartas náuticas, mapas regionais e cartas de descrição das peregrinações ao Oriente Médio.

No século XIX, com o modo de produção capitalista em vigência, como dito anteriormente, surge na Alemanha uma Geografia institucionalizada enquanto ciência, calçada nos preceitos do Positivismo. Três autores tradicionais alemães recebem papel de

destaque: Alexander von Humbolt, Karl Hitter e Friedrich Ratzel, pesquisadores do século XIX.

Humbolt era naturalista, conselheiro do Rei da Prússia e, por sua influência na sociedade da época, pode realizar muitas viagens, onde fez descrições dos aspectos que observava. Assim como a grande maioria dos autores da Geografia Tradicional, era influenciado pelo Positivismo e, por isso, defendia o método empírico.

Já Hitter, segundo Tathan (1960, p. 62), tinha um método de regionalização da Geografia, talvez até por não ter empreendido tantas viagens como Humbolt, mas também era defensor do método empírico, apesar de não o ter aplicado na mesma categoria. Ratzel foi de grande importância para o firmamento do papel do homem na Ciência Geográfica, diferentemente de Hitter e Humbolt, tinha uma visão antropocêntrica do Universo e formulou os primeiros conceitos da Geografia Política.

A partir das formulações desses três autores/pensadores, surge o primeiro paradigma da Geografia, o Determinismo Ambiental, que tem como principal característica a afirmação de que a natureza é um fator determinante das relações humanas e tem base nas formulações de Darwin e Lamarck (também pesquisadores do século XIX). Para os deterministas, a sociedade se adaptava e vivia de acordo com as condições impostas pela natureza. Os principais precursores do determinismo ambiental na Geografia foram os alemães, mas também houve deterministas franceses.

De acordo com Corrêa (1986, p. 36), como forma de se opor a Geografia Germânica, surge na França uma Geografia eminentemente humana e com ela, o segundo paradigma da Ciência, o Possibilismo Ambiental. Também fundamentado nas relações homem e natureza, o Possibilismo se diferencia do Determinismo por não ver a natureza como determinante das relações humanas, mas como agente de influência nas mesmas.

Os pressupostos do Possibilismo permitem que o homem seja um agente modificador das relações homem e natureza, seu principal representante é Vidal de La Blache, segundo Moraes (1986, p.67) o autor definiu o objeto da Geografia como a relação homem e natureza na perspectiva da paisagem. A Geografia Vidalina discute essa relação não abordando as relações entre homens, por essa razão, a carga naturalista é mantida na Geografia Francesa.

O terceiro paradigma da Geografia Tradicional surge em oposição aos dois

anteriores, que segundo Moraes (1986, p. 87) é chamado de Método da Diferenciação de Áreas; enquanto por Corrêa (1986, p. 44) é chamado de Método Regional. Nesse contexto, Corrêa (1986, p. 48) aponta que esse terceiro paradigma se opunha a ideia de a região ser vista exclusivamente a partir das relações homem e natureza. A região era vista e considerada a partir de diferentes aspectos que davam unidade a determinado espaço.

Contudo, os principais autores da Geografia na época estavam divididos entre o Determinismo e o Possibilismo, não obtendo destaque o Método Regional. Com o aparecimento do principal autor desse paradigma, Hartshorn (1889 - 1992), esse cenário começa a ser modificado. O Método Regional tinha como principais objetivos dar enfoque aos estudos regionais e buscar certa identidade para a Geografia da época.

Em meados da década de 1950, começa a se manifestar uma crise na Geografia Tradicional e o movimento de renovação da Ciência Geográfica. Segundo Moraes (1986, p. 94) a crise se dá pelo fato de a organização do capitalismo estar muito diferente do que era no Século XIX e o desenvolvimento das ciências e do postulado filosófico ter ultrapassado o Positivismo, que agora aparecia muito simplista e pueril. O movimento de renovação não possuía unidade, foi polarizado em duas vertentes com cunho ideológico distintos: a Nova Geografia ou Geografia Pragmática e a Geografia Crítica.

A Nova Geografia faz crítica à insuficiência da análise tradicional e não vai aos seus fundamentos e sua base social. O movimento foi influenciado pelo chamado Neopositivismo que possui entre outras características fundamentais: o cuidado, zelo e a meticulosidade. Reis Jr. (2004, p. 6) aponta que as principais características da Nova Geografia eram: recurso a modelos matemático-estatísticos; uso de abstração para testes e deduções úteis; normalização de uma linguagem e de um procedimento analítico, e; forja de teorias, a partir do confronto modelo- realidade, de mediação sistêmica.

No Brasil, a Nova Geografia ficou conhecida como Geografia Teorético-Quantitativa e suas formulações foram inseridas através de trabalhos de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos 1960-1970. Um dos principais nomes da Nova Geografia Brasileira foi Antônio Christofolletti, que esteve preocupado com a aplicação das modernas técnicas quantitativas, principalmente no campo da Geografia Física, qualificou a adoção da teoria sistêmica e especificou sua aplicabilidade.

A Geografia Crítica, baseada no materialismo-histórico-dialético, apresentava unidade na postura e oposição de uma realidade social injusta. Os críticos propunham que a Ciência Geográfica deveria servir como combate as injustiças existentes, não como forma de legitimá-las.

Para Moraes (1986, p. 114), o autor que formulou a crítica mais radical foi Yves Lacoste (1976) em sua obra “**A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**”, na qual criticava os respaldos que a ciência dava aos avanços capitalistas, mas há outros autores de destaque como David Harvey (nascido em 1935, na Inglaterra).

Os críticos eram ferrenhamente contrários ao fato de os geógrafos pragmáticos se basearem apenas em dados estatísticos, enquanto a sociedade passava por transformações e uma intensa luta de classes. No Brasil, sem dúvida, o grande nome da Geografia Crítica é Milton Santos (1926 – 2001), para ele, o caráter social do espaço deveria ser o principal enfoque do Geógrafo.

A última corrente é a Geografia Humanística. Pautada nos preceitos da fenomenologia, essa corrente propõe incorporar a experiência de vida das pessoas no estudo dos lugares, paisagens e espaços. Na Geografia Humanística as dimensões física e humana não são separadas. O principal nome dessa corrente é Yi-Fu-Tuan (nascido em 1931, na China) que propõe uma relação entre corpo e consciência, que gera experiência.

A Ciência Geográfica, em seus muitos paradigmas, nunca possuiu um objeto de estudo definido de forma clara e unânime. Diversas categorias foram incorporadas na elaboração dos estudos geográficos, entre elas Natureza, Espaço, Paisagem, Lugar, Região, Território e ambiente, na próxima seção duas delas serão abordadas.

3 Lugar e Paisagem na Ciência Geográfica

Conflitos epistemológicos perpassam a Geografia desde sua sistematização, assim existem diferentes métodos e diferentes abordagens sobre o objeto de estudo da Ciência. Há geógrafos que trabalham com uma Geografia Física na esfera da Geologia, Pedologia, Geomorfologia, Climatologia, Hidrologia, Biogeografia, entre outras subdivisões, como também existem geógrafos que trabalham com uma Geografia Econômica e Social, no campo da Geopolítica, da Agrária, da Indústria, dos Movimentos

Sociais, da Economia, da Demografia, entre outras subdivisões.

Nessa concepção, Kalesnik (1958, p. 6) aponta que a Geografia possui tanto a vertente física quanto econômica e, para ele, apesar de serem interdependentes as duas se relacionam a grupos de ciências diferentes.

[...] Se a Geografia Física tem por finalidade o estudo das leis naturais espontâneas da Landschaft-esfera da Terra, sempre levando em consideração a influência da sociedade humana sobre a natureza, a Geografia Econômica toma como base de suas pesquisas o estudo das leis econômicas e sociais, levando sempre em conta a influência das condições da natureza. Deste modo, a Geografia Física e a Geografia Econômica, ocupando-se de fenômenos diferentes pelos seus princípios, não são apenas ciências interdependentes, como também se relacionam a grupos de ciências diferentes: a Geografia Física faz parte das Ciências Naturais e a Geografia Econômica pertence ao grupo das Ciências Sociais. Daí pode-se deduzir a impossibilidade da existência de uma Geografia única, que englobe as Geografias Física e Econômica. (KALENISK, 1958, p. 6).

O autor finaliza o parágrafo apontando um dos problemas epistemológicos da Geografia. Assim como Kalesnik (1958, p. 6), outros geógrafos consideram que não é possível existir uma Geografia única, gerando muitos conflitos e dualidades, aumentando a impossibilidade de se definir um objeto de estudo claro e conciso. Por ser considerada uma Ciência Social e Natural ao mesmo tempo, convencionou-se apontar como objeto de estudo da Geografia as relações entre sociedade e natureza, ou seja, as relações entre os fenômenos da esfera social e os fenômenos do meio físico, que se interagem na superfície da Terra.

Também não há um consenso a respeito do método a ser utilizado, como abordado anteriormente, existem geógrafos pautados em bases Neopositivistas, Fenomenológicas, Histórico-Dialéticas, entre outras concepções. Como forma de abordar os estudos, os diversos métodos se apropriaram de categorias de análise que entendem ser melhor para compreender seu objeto, apesar de não serem exclusivas da Geografia as principais categorias utilizadas pelos geógrafos são: Natureza, Espaço, Paisagem, Lugar, Região e Território.

A Paisagem é uma categoria de análise utilizada na Geografia desde sua sistematização enquanto Ciência. No século XIX, os naturalistas alemães deram à paisagem um significado científico, transformando-a em conceito geográfico que se derivou em paisagem natural e paisagem cultural (VENTURI, 2004, p. 8).

A divisão histórica do conceito de paisagem em natural e cultural pode ter sido

dada por causa do método positivista dos geógrafos tradicionais que trabalhavam a paisagem sob duas perspectivas distintas. A paisagem natural estaria ligada a processos naturais de interação de elementos físicos, químicos e biológicos, e a paisagem cultural estaria ligada a modificações realizadas pelos homens como nos espaços urbanos e rurais.

Nesse contexto, Tricart (1981, p. 7) assevera que:

Para os geógrafos alemães, geralmente nutridos pelas ciências naturais, a paisagem compõe-se de diversos elementos concretos do ambiente: relevo, plantas, solos. Mas eles não registram as modificações introduzidas pelo homem e, se for o caso, eles distinguem entre paisagem natural e paisagem humanizada. (TRICART, 1981, p. 7).

Os Geógrafos alemães, como Humbolt (1769 – 1859), talvez pelo fato ser naturalista, e por estar apegado as ideias do determinismo ambiental, possuíam um método de observação da paisagem que excluía o fator antrópico. Os Franceses como La Blache (1845–1918) incorporavam o elemento humano na observação, discutindo a relação homem e natureza na perspectiva da paisagem, porém o caráter naturalista foi mantido, visto que não abordavam as relações entre homens.

Na Geografia moderna, em contexto com o movimento de renovação da Ciência, Bertrand (1971, p. 2) descreve um conceito de paisagem que a apresenta como uma categoria que está em constante evolução por meio da ação de elementos físicos, biológicos e antrópicos. Para ele:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução [...]. (BERTRAND, 1971, p. 2).

Na abordagem de Bertrand (1971, p. 2) a paisagem aparece como unificada, no conceito do autor os aspectos naturais e antrópicos não são distintos, mas complementares e, inclusive, esses elementos que compõe a paisagem são indissociáveis. Outros autores abordam o conceito de paisagem unificada entre elementos físicos e humanos, Sauer (1925 *apud* CORRÊA, 1998, p.13) define a paisagem como sendo:

Uma área composta por associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais, onde sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes, ou seja, a paisagem corresponde a um organismo complexo, feito pela associação específica de formas e apreendido pela análise morfológica, ressaltando que se trata de uma interdependência entre esses diversos constituintes, e não de uma simples adição, e que se torna conveniente considerar o papel do tempo. (SAUER 1925 *apud* CORRÊA, 1998, p. 13).

Sob o ponto de vista de uma paisagem natural e cultural unificada é possível analisar de forma integrada seu processo de transformação. Por ter a característica sistêmica, uma paisagem não pode ser vista da mesma forma mais de uma vez, visto que os processos e agentes que a compõe estão em constante evolução, inclusive o observador. Santos (1988, p.61) aponta que a paisagem não é formada apenas de volume, mas também de cores, sons, movimentos, odores, entre outros aspectos perceptivos. Sendo a paisagem uma categoria complexa, formada por vários aspectos e processos, tornou-se preciso sistematizar uma forma de analisá-la.

Ainda, Bertrand (1971, p. 9) definiu um sistema de classificação da paisagem em função da escala, situando-a no tempo e no espaço. De acordo com o autor os elementos climáticos e estruturais estariam nas Unidades Superiores: a *Zona*, ligada a zonalidade climática do Planeta; o *Domínio*, relacionado aos aspectos de relevo e vegetação, e; a *Região Natural*, ligada aos aspectos da individualização tectônica.

Os elementos biogeográficos estariam nas Unidades Inferiores: o *Geossistema*, uma paisagem nítida e bem circunscrita que, por exemplo, se pode identificar instantaneamente nas fotografias aéreas; a *Geofácia*, setor fisionomicamente homogêneo onde se desenvolve uma mesma fase de evolução do geossistema, e; o *Geótopo*, a menor unidade geográfica homogênea discernível no terreno. Toda essa perspectiva de classificação somente é possível se o observador possuir um domínio perceptivo da paisagem como um todo.

A categoria lugar tem sido discutida na Geografia com a perspectiva de desvincular a ideia desse conceito como simples localização espacial. Na Geografia Humanística, o lugar é apresentado ligado ao experienciado, o vivido, a ideia de pertencimento, ao sentimento do observador, muitas vezes sob o aspecto de uma vinculação bucólica.

Ainda nessa perspectiva, o lugar pode estar relacionado ao afeto, que é apontado por Tuan (1980, p.13) como Topofilia (amor ao lugar), ou pode estar ligado ao medo, à

aversão, que é chamado pelo autor de Topofobia (medo do lugar). Na perspectiva de Tuan (1983, p. 83) “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”, esse conceito demonstra o quanto a esfera sentimental é importante para o estudo dos lugares na perspectiva humanística. Ainda, pode ser vinculado ao Topocídio (morte do lugar), quando o lugar perde suas referências ancestrais.

Na perspectiva da Geografia Crítica, o lugar se insere nas leituras estabelecidas entre o local e o global, os geógrafos críticos baseiam essa perspectiva no fenômeno da globalização que acaba criando fragmentações contraditórias dos lugares e antagonismos sociais. (CAVALCANTI, 2013, p. 142).

A respeito do conceito de lugar, na perspectiva do materialismo-histórico-dialético, Carlos (1993, p.303) argumenta que:

O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. [...] o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta [...]. (CARLOS, 1993, p. 303).

O lugar é o palco onde os fenômenos se manifestam, nele, os fenômenos globais são incorporados e adaptados de acordo com a vivência das pessoas. É fundamental considerar o lugar como palco dos acontecimentos pela sua dimensão real, prática, sensível e concreta. Além disso, é fundamental considerá-lo como uma construção estabelecida por relações sociais experienciadas, garantindo uma rede de significações e sentido, tecidos pela história e cultura. O lugar tem usos e sentidos e, portanto, abarca a vida social, a identidade e o reconhecimento (CARLOS, 1996, p. 25).

Na perspectiva da autora supracitada, o lugar não perde a ligação com o experienciado e o vivido, que é apresentado na Geografia Humanística, porém, há o acréscimo da relação do lugar com o global, de este, apesar de suas particularidades estar inserido em um contexto maior recebendo influências, não só do vivido e experienciado no local.

Para Santos (1988, p.62), o que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas, e as novas, que se vão internalizar. Na visão do autor o lugar abarca uma permanente mudança, decorrente da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas

que estão sempre transformando o espaço geográfico. Assim, “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de razão local, convivendo dialeticamente. (SANTOS, 1997, p. 86).

Para que se possa realizar uma pesquisa científica é fundamental que se determine a metodologia e o método a serem seguidos, estes darão suporte ao pesquisador e o ajudarão a não se perder durante a execução do projeto/pesquisa. Assim, segundo Rampazzo (2011, p. 49), a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento.

Ao desenvolver uma pesquisa em Geografia, é de fundamental importância conhecer a história da Ciência Geográfica e entender quais são as bases epistemológicas que dão suporte aos pesquisadores nessa área. É importante que se delimite um problema a ser investigado e que, com base nas categorias de análise, obtenha-se um norte de como a pesquisa deverá ser conduzida. Isso a partir do levantamento da história do pensamento geográfico realizado e da caracterização das duas categorias de maior relevância, em nossa ótica reflexiva, para o projeto de pesquisa que está em curso.

4 Análise da gestão de Resíduos Sólidos Urbanos em Três Ranchos (GO) através das categorias Paisagem e Lugar

A geração de resíduos sólidos (lixo) é algo característico da espécie humana, em praticamente todas as suas atividades há geração de dejetos. Com a era de desenvolvimento tecnológico em massa, os produtos se tornam obsoletos rapidamente e há sempre lançamento de novos modelos de inúmeros objetos. Com essa troca constante por versões mais recentes, a geração de resíduos aumenta significativamente, aumentando assim a demanda pelo gerenciamento desses resíduos.

O excesso de lixo traz inúmeros problemas, como a poluição do solo e lençol freático pela produção de chorumes nos processos de decomposição da matéria orgânica e outros resíduos. Como dito anteriormente, é inevitável que o lixo seja produzido em sociedades humanas, seja pelos restos de alimentos, vestimentas, utensílios domésticos, atividades agrícolas, construções ou até mesmo pela produção artesanal ou industrial.

Também é inevitável que este, quando acumulado, se torne um problema, tanto pelo mau cheiro, quanto pela poluição e/ou conseqüente possibilidade de proliferação de vetores de doenças.

No que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, o uso de aparelhos portáteis pode trazer conforto e praticidade, no entanto, as pilhas, baterias e lâmpadas com mercúrio utilizadas como fonte energética e luminosidade para esses aparelhos, possuem metais pesados em sua constituição e, quando descartados de forma incorreta como lixo comum, acarretam riscos ao ambiente e à saúde pública e ao ecossistema.

Os depósitos de resíduos sólidos de forma incorreta podem gerar alterações sistêmicas nos processos que envolvem a formação de determinada paisagem. Os maiores afetados geralmente são o solo e a água, em função do potencial poluidor do chorume e de metais pesados que podem ser carregados através do escoamento pluvial até os cursos d'água ou podem ser infiltrados no processo de percolação.

Pensando o problema através da categoria paisagem, deve-se lembrar que a partir das considerações de Sauer (1925 *apud* CORRÊA, 1998, p.13) a paisagem não é estática, o autor aponta que sua estrutura e função são determinadas através de formas integrantes e dependentes. A paisagem corresponde a um organismo complexo que, nesse caso, poderá ser transformada de forma ambientalmente negativa devido à adição de resíduos sólidos, gerando problemas durante a decomposição da matéria orgânica e do depósito de materiais com algum potencial poluidor.

Outro aspecto a se considerar é que há, ainda, a contaminação da paisagem de forma visual e olfativa, corroborando com o conceito de Santos (1988, p.61) que aponta que a paisagem também é composta de sons, cheiros e cores, a partir do depósito incorreto dos resíduos existe a formação de mal cheiro no processo de putrefação da matéria orgânica devido aos gases que são liberados, além de que esses depósitos acabam gerando paisagens tidas pela sociedade humana como feias, que devem ficar afastadas.

Seguindo o conceito de paisagem de Bertrand (1971, p. 2), que define a mesma como sendo o resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, no processo de alteração da paisagem causado pela produção e deposição de resíduos sólidos, o fator antrópico é determinante na alteração causada aos elementos físicos e biológicos da paisagem onde essa deposição geralmente ocorre.

No Brasil, os Resíduos Sólidos devem ser gerenciados de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, sendo a primeira Lei de abrangência nacional a tratar exclusivamente quanto a regulamentação da questão dos resíduos sólidos no País. Nos seus Artigos estão dispostas as responsabilidades entre os entes federativos com os resíduos sólidos, de forma que estas sejam compartilhadas com todos os setores da sociedade envolvidos, desde a geração, até a disposição final desses resíduos.

A grande maioria dos Municípios brasileiros ainda têm dificuldades para gerenciar e tratar os resíduos sólidos, por não disporem de recursos suficientes, ou por falta de uma política de gerenciamento, e terem pouca capacidade técnica na gestão dos serviços de limpeza pública, coleta seletiva e tratamento de resíduos. De acordo com a PNRS, até o ano de 2014, todos os lixões deveriam ter sido extintos, dando lugar a Aterros Sanitários, porém essa não é a realidade, visto que ainda existem inúmeros lixões no território nacional.

Num contexto mais amplo, pode-se afirmar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos Brasileira é uma Lei Ambiental excelente, que torna claras as obrigações da sociedade civil, empresas privadas e Órgãos Públicos, no que diz respeito aos Resíduos Sólidos gerados todos os dias pela sociedade humana, porém pouco dela se pratica dentro da realidade de pequenos municípios, como é o caso de Três Ranchos (GO), que ainda não conseguiu resolver a questão da destinação final de seus resíduos sólidos.

Os objetos de estudo da pesquisa pauta-se na busca pelo gerenciamento de resíduos sólidos no meio urbano e a aplicação ou não no município de Três Ranchos (GO) das leis ambientais nacionais, estaduais e municipais para os resíduos sólidos gerados, o principal embasamento da pesquisa é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e outras pesquisas acadêmicas ligadas a mesma.

Em função da Lei nº 12.305/2010, o município de Três Ranchos (GO), que até o ano de 2014 dispunha seus resíduos sólidos em Lixão a céu aberto, teve que modificar sua estrutura de funcionamento, adotando o sistema de Aterro Controlado, que na prática se diferencia de um Lixão apenas por cobrir os resíduos com camadas de solos, diminuindo a contaminação visual e olfativa, porém, permanecendo muitos potenciais contaminantes no terreno.

Pensando a categoria lugar, através da perspectiva do materialismo-histórico-dialético, corroborando com o conceito de Carlos (1996, p. 25) de que o lugar serve como lócus de acontecimentos dos fenômenos que tem ligação com o global, o município de Três Ranchos é um lugar, palco de reprodução dos fenômenos de não aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos que acontece em outros Municípios no País. No entanto, por causa das Políticas de Saneamento Básico adotadas por cada Município, Três Ranchos possui suas especificidades nesse Processo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de acordo com o vivido e experienciado por seus cidadãos.

Como forma de buscar compreender o processo de alteração da paisagem devido ao Processo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Três Ranchos, levando-se em conta suas especificidades enquanto lugar, estão sendo empregados na metodologia de estudo os procedimentos, como a pesquisa bibliográfica; pesquisa documental, a partir de documentos de institutos nacionais - como IBGE, estaduais - como Instituto Mauro Borges, e a partir de documentos locais nas Secretarias do Município.

Além disso, está sendo empreendida uma pesquisa de campo, pautada na observação e análise do Processo de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos no Município, onde pretende-se aplicar questionários aos representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, com o objetivo de entender quais das obrigações impostas pela PNRS têm sido cumpridas ou não pelos setores responsáveis pelo gerenciamento adequado desses resíduos, designados pela Lei 12.305/2010 e por qual motivo isso acontece.

Para que a pesquisa se concretize de forma satisfatória, existe um longo caminho a ser seguido, porém, o primeiro passo a ser dado é a delimitação de forma concreta de quais instrumentos da teoria e metodologia da Ciência Geográfica podem ser utilizados. Muito embasamento teórico acerca de paisagem e lugar ainda precisa ser revisto para que as categorias sejam aplicadas de forma correta em relação à dinâmica com a Geografia.

O Processo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos de forma correta não depende exclusivamente do Poder Público, mas demanda da colaboração de todos os setores da sociedade humana. Espera-se que alguma contribuição positiva social e ambientalmente correta seja desenvolvida pela pesquisa, no sentido de ajudar a melhorar o Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Três Ranchos (GO).

5 Considerações finais

O saber geográfico é tão antigo quanto à existência do homem, visto que o conhecer onde há alimentos e animais, saber se proteger das mudanças climáticas e conhecer rotas de migração são questões de sobrevivência desde os primórdios da humanidade. Após a sistematização da Geografia enquanto ciência, esse saber se torna ferramenta importante para as atividades humanas, inclusive de dominação de povos e lugares, sendo considerada pelos críticos como uma Ciência que surge em função das práticas econômicas dominantes, aparato do Estado dominador.

No entanto, a Geografia vai além, através de seus métodos e categorias de análise é possível entender muitos processos que envolvem o sistema terrestre com seus diferentes biomas, relevos e climas. Também é possível compreender os processos que envolvem a sociedade humana e como eles podem afetar e afetam as dinâmicas naturais do Planeta.

Compreender as relações entre natureza e sociedade é sem dúvida uma tarefa árdua e que implica muitas investigações em diferentes áreas, visto que esse objeto de estudo é abrangente e pode se desdobrar em milhares de pesquisas. Buscar entender como se dá o Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Três Ranchos (GO), através da percepção das categorias paisagem e lugar, pode ser um destes desdobramentos que exigirá pesquisa bibliográfica e documental em autores atuais e clássicos nas muitas pesquisas realizadas.

Assim, concorda-se com Gomes (1983, p. 106), quando afirma que espaço e tempo – na concepção filosófica do materialismo dialético - são duas dimensões de uma mesma realidade: a materialidade do mundo. Não há matéria fora do espaço e do tempo, como também não há espaço e tempo fora da matéria. Eles são inseparáveis e, pelo fato de não existir matéria sem movimento, fazem, portanto, parte da dinâmica da matéria. O espaço reproduz indefinidamente como novo espaço e o tempo como tempo, surgindo as diferentes paisagens.

A disciplina de Teoria e Metodologia da Ciência Geográfica foi um importante norteador para o posterior desenvolvimento da pesquisa, a partir das discussões propostas, muitos questionamentos acerca dos métodos foram sanados, como o de saber diferenciar melhor as diferentes correntes, mas muitos também foram criados, como o

BALTAZAR, Nathalia Cristina; FERREIRA, Idelvone Mendes. PAISAGEM E LUGAR COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

de saber com exatidão qual o melhor método a ser seguido. Muito se avançou durante o curso da disciplina, mas ainda existe um longo caminho pela frente. Esse é um desafio premente que se busca responder através dos pressupostos da Ciência Geográfica.

REFERÊNCIAS

BAUAB, F. P. Idade média e conhecimento geográfico. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão: Unioeste, v. 9, n. 9, jan./jul. 2007. p. 149-166.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: um esboço metodológico. **Revista I GEOG/USP**, São Paulo: USP, n. 13, 1971. Caderno de Ciências da Terra.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Brasília-DF: Governo Federal, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>._Acesso em: 14 jun. 2019.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 85 p.

_____. O lugar: Modernização e fragmentação. In: SANTOS, M. **Fim de século e globalização: o novo mapa do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1993.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18. ed. Campinas: Papirus Editora, 2013. 303 p.

CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1999.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

GOMES, H. Espaço/tempo em Geografia. In.: **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 3, n. 1-2, p. 105-134. Jan/dez. 1983.

KALESNIK, S. V. A Geografia Física como Ciência e as Leis Geográficas Gerais da Terra. Tradução de Roberto Monteiro de Oliveira. **Annales de Geographie**, Paris, a LXVII, v. 362, p. 385-403, set/out, 1958.

LACOSTE, Y. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1976.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986. 187 p.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2011. v. 1.

REIS JÚNIOR, D. F. da C. Geografia Física e “Nova Geografia” Em Antonio Christofolletti.

BALTAZAR, Nathalia Cristina; FERREIRA, Idelvone Mendes. PAISAGEM E LUGAR COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

Anais. V Simpósio Nacional de Geomorfologia e I Encontro Sul-Americano de Geomorfologia, Santa Maria, 2004.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção de um a categoria. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. 1925. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p.12-74.

TATHAN, G. A Geografia no século XIX. In: **Boletim Geográfico**, n. 157, julho/agosto de 1960, p.55-73.

TRICART, J. L. F. **Paisagem e Ecologia.** São Paulo: Departamento de Geografia/USP. 1981. Texto provisório, destinado à publicação dos cadernos do IGEO/USP.

TUAN, Y Fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983. _____. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 1980.

VENTURI, L. A. B. A dimensão territorial da paisagem geográfica. In.: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos – AGB, **Anais.** Goiânia, 2004.

Recebido em 20/01/2020
Aprovado em 27/03/2020